

Turismo e áreas protegidas, uma perspectiva histórica

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Os patrimônios naturais e culturais estão na base dos atrativos turísticos. Para ser interessante há que haver aspectos naturais relevantes que destaque a beleza e/ou a sublimidade daquilo que não é obra da mão do homem – fauna, flora, praias, rios, cachoeiras, paisagens deslumbrantes – ou, ao contrário, aspectos culturais que ponham em evidência a genialidade do artefato humano – arquitetura, urbanismo e cultura imaterial. Existem também aqueles atrativos que misturam natureza e cultura – jardins e terras cultivadas.

Nascimento do turismo

O turismo, como o entendemos hoje, é uma atividade relativamente recente. Entretanto, a figura do viajante é universal e está presente nas mais diversas culturas. No ocidente, podemos pensar nos gregos, um povo de navegadores – Ilíada e Odisseia, obras maiores da mitologia grega, são elas mesmas viagens. Há também as grandes peregrinações religiosas da Idade Média e as viagens de comércio – como bem ilustra a experiência de Marco Polo. Por fim, as grandes navegações que tornaram o planeta um só. Essas viagens guardam em comum com as viagens de turismo a ideia de que o viajante entra em contato com uma realidade nova, antes desconhecida, e volta modificado pela experiência, com uma perspectiva ampliada do mundo. O viajante é um contador de estórias, um mediador entre dois mundos, o seu e aquele outro que ele agora conhece.

"Valorização da natureza dependeu de uma inversão da percepção em relação a sua face mais selvagem, a *wilderness*."

A experiência mais próxima do turismo atual é o *Grand Tour*, que se desenvolveu na Europa, nos séculos XVII e XVIII. No começo, era a elite inglesa que enviava seus filhos, acompanhados de tutores, para grandes viagens, visando o aprendizado e o amadurecimento no continente europeu.

Tratava-se de “mergulhar” na cultura européia e retornar preparado para a vida adulta. O costume se difundiu pelas elites européias, e os destinos se tornaram mais abrangentes, incluindo viagens pelos diversos continentes, com um toque de exotismo. Tornaram-se comuns, também, as viagens de estudo, sobretudo para conhecer a natureza do Novo Mundo – a mais célebre delas foi a de Charles Darwin a bordo do Beagle. Nesse caso, é uma descoberta do mundo natural.

“Wilderness”

**"Conceito de
wilderness não tem
uma tradução
exata para o
português, mas o
mais próximo é a
noção de sertão."**

O turismo é contemporâneo do transporte a vapor (navios e trens) e vai, a partir do século XIX, aos poucos, permitir que as viagens com o intuito de conhecer e usufruir da natureza e da cultura de localidades, mais ou menos, distantes, se tornem mais difundidas. A cultura significava a civilização, nas suas mais variadas facetas, mas, no começo, muito mais identificada com a Europa. A valorização da natureza dependeu de uma inversão da percepção em relação a sua face mais selvagem, a *wilderness*.

O conceito de *wilderness* não tem uma tradução exata para o português, mas o mais próximo é a noção de sertão, como um lugar em que a presença humana é pouco perceptível, espaços “desertos” e/ou deserdados pela civilização, e onde predomina a natureza em toda a sua “selvageria”, ou onde os habitantes humanos vivem em uma proximidade e intimidade com o “mundo selvagem”. No imaginário ocidental, a *wilderness* estava associada a locais demoníacos, como o deserto onde Cristo foi tentado, e em que as amarras que prendiam o homem à civilização se afrouxavam e prevaleciam as inclinações dos instintos e desejos mais “selvagens”. A natureza que se valorizava era a da Arcádia, pastoril e antropizada, ou ainda a natureza geométrica do classicismo – como os jardins do Palácio de Versalhes, na França.

Foi com os românticos que a *wilderness* passou a ser valorada positivamente. A natureza

selvagem passava a ser admirada pelas suas características pitorescas, de beleza e de sublimidade. As florestas, os grandes desertos, as montanhas, a vastidão das pradarias, os rios e o mar passaram a representar uma natureza transcendental, que estava além do artefato humano. Deus ou um processo evolutivo – a partir do momento em que [Charles Darwin](#) e Alfred Wallace lançaram a Teoria da Evolução - com a duração de bilhões de anos eram as forças responsáveis e refletidas nas paisagens naturais. Passava-se do negativo ao positivo, do demoníaco para o divino, da ausência de civilização para o interesse científico e a apreciação estética.

Primeiras UCs

Essa valorização da *wilderness* esteve, ao mesmo tempo, na origem das áreas protegidas, do turismo de apreciação da natureza e dos esportes de aventura – tais como o montanhismo e a descida de corredeiras (cursos d’água acidentados). Nos Estados Unidos da América, foram criados o Parque do Yosemite, na Califórnia – em 1864, como parque do estado, e depois, em 1890, ampliado e transformado em parque nacional – e o Parque Nacional do Yellowstone – em 1872, primeiro parque nacional americano e no mundo. Indivíduos como Henry David Thoreau e [John Muir](#) começaram a mostrar a *wilderness* como um “outro” complementar à civilização. Esta já havia avançado demais – espaços urbanos tumultuados e poluídos, e um homem civilizado estressado e carente de espontaneidade e liberdade – e a *wilderness* com a sua grandiosidade selvagem vinha perdendo espaço – as terras eram transformadas em pastagens, plantações e cidades, e os animais selvagens estavam desaparecendo. A *wilderness* era espaço de contemplação estética, superação de limites, lazer e busca de conhecimento científico. Era o ponto de equilíbrio da civilização e precisava ser preservada, conhecida e usufruída.

"Turismo de
natureza, com o
excesso de afluxo
de pessoas e de
infraestruturas de
apoio, acaba
muitas vezes

descaracterizando os locais (...)"

A idéia de uma *wilderness* grandiosa e constitutiva do caráter americano passou a estar fortemente ligada à imagem dos Estados Unidos da América. Se a Europa era um destino turístico caracterizado, sobretudo, pela cultura, legado de milhares de anos de história da civilização ocidental, a América era o continente da *wilderness*, uma natureza selvagem, a ser explorada pelos turistas, pelos cientistas e pelos amantes da natureza. Os turistas visitavam o país em busca de um tipo de natureza já rara no continente europeu. Os parques nacionais americanos começaram a atrair uma visitação intensa, já nos finais do século XIX. Outros países logo se tornaram destinos turísticos devido à presença da *wilderness*, em especial a África e a Austrália.

[**Reportagem: Ecoturismo para promover a Amazônia**](#)

[**Rafael Corrêa: Batalha judicial num paraíso vertical**](#)

[**Maria Tereza Pádua: Pobre Rebouças**](#)

Parques no Brasil

No Brasil, a primeira proposta de parque nacional foi precoce. O engenheiro abolicionista André Rebouças, amigo do Imperador Dom Pedro II, sugeriu, em 1876, a criação de dois parques nacionais: um na região onde se localizavam as Sete Quedas (PR) e outro na Ilha do Bananal (GO). A idéia estava estreitamente ligada ao desenvolvimento da visitação turística. Pretendia-se conservar o patrimônio natural e promover o turismo, pela construção e operação de linhas de trem. O primeiro parque nacional brasileiro, o [**Parque Nacional do Itatiaia**](#), foi criado somente em 1937, e tinha, além da proteção à natureza, a visitação turística, o lazer e a pesquisa científica como objetivos. A despeito das intenções, até precoces, o turismo de natureza no Brasil se desenvolveu muito menos do que era de se esperar. Limitações relacionadas com aspectos de infra-estrutura e com um planejamento de médio e longo prazo são deficiências que persistem ainda hoje.

Ecoturismo

O turismo de natureza, com o excesso de afluxo de pessoas e de infraestruturas de apoio, acaba muitas vezes descaracterizando os locais de *wilderness*, pelo abuso das interferências antrópicas. Os impactos negativos também se estendem, às vezes mais que os positivos, freqüentemente, para as populações locais. A medição da capacidade de carga e/ou dos limites aceitáveis de câmbio nos ambientes naturais tem sido estratégias importantes no que diz respeito ao

estabelecimento do número e à freqüência de visitantes em áreas prioritárias para a conservação da natureza. O planejamento e o reconhecimento de direitos para as populações locais têm exercido uma influência benéfica no sentido de que haja uma repartição mais equânime dos benefícios do turismo e para que hábitos e tradições sejam respeitados.

**"Em certos casos,
o ecoturismo é
claramente mais
rentável do que as
outras alternativas
de atividades
econômica."**

Nos anos 1980, as preocupações com o turismo de massa em ambientes naturais e com os impactos negativos sobre populações locais conduziram a um aprofundamento da reflexão sobre as vantagens e desvantagens da atividade turística e sobre o papel que o turismo poderia representar para a economia de determinadas regiões geográficas. O [conceito de ecoturismo](#) começou a ser formulado como uma estratégia capaz de unir a conservação da natureza ao desenvolvimento econômico e social local. Em 1990, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) – primeira organização mundial dedicada ao ecoturismo – cunhou uma definição sucinta e abrangente de ecoturismo: “Viagem responsável para áreas naturais, que conserva o ambiente e promove o bem estar das comunidades locais”. A idéia ia ao encontro das proposições do planejamento biorregional que vinha sendo elaborado por Kenton Miller e que buscava a possibilidade de conciliar a preservação da biodiversidade em áreas protegidas com o desenvolvimento nas regiões no seu entorno.

Ainda que o conceito de ecoturismo, não corresponda, na íntegra, à maioria das práticas que assim são definidas pelos seus promotores, as potencialidades são expressivas. No nível local, o ecoturismo é, muitas vezes, parte dos conflitos rurais relacionados com o controle da terra, dos recursos naturais e sobre os próprios rendimentos por ele gerados. Em qualquer lugar no mundo em que as pessoas estejam em conflito sobre áreas protegidas e turismo – seja na Costa Rica, nas Ilhas Galápagos, no Leste ou no Sul da África, ou mesmo no Brasil – o ecoturismo é parte da demanda e parte da solução. Nos ecossistemas mais frágeis, como as Galápagos ou o Arquipélago de Fernando de Noronha, o ecoturismo é a única atividade que possibilita a geração de recursos econômicos significativos sem provocar danos irreparáveis ao ambiente. Em certos casos, o ecoturismo é claramente mais rentável do que as outras alternativas de atividades econômicas: em alguns países da América Central, foi apurado que uma estadia ecoturística traz

de dezoito a vinte e oito vezes mais dinheiro para a economia local do que um cruzeiro de passageiros; no Quênia o turismo relacionado com a natureza selvagem é cinqüenta vezes mais lucrativo do que a criação de gado; um leão pode gerar até 575.000 dólares durante a sua vida, e uma única arara voando livre no Peru, estima-se, gera cerca de 4.700 dólares por ano; o território tradicional dos Bophuthatswana na África do Sul, a criação de gado poderia gerar apenas 80 empregos, enquanto que seis novos luxuosos lodges planejados para uma reserva de caça estipulam a criação de 1.200 empregos, e o ecoturismo, estima-se, é sessenta vezes mais rentável do que a criação de gado; e mesmo quando comparado com a lucrativa indústria da mineração em Sta. Lucia, África do Sul, calcula-se que o ecoturismo tem o potencial para garantir mais empregos, por um período maior de tempo, sem destruir as dunas de areia e o estuário.

Do Canadá ao Quênia